

# **ENTRE TERRA E CORPO: A LUTA DAS MULHERES SEM-TERRA PELA REFORMA AGRÁRIA NO NORDESTE PARAENSE AMAZÔNICO**

Eliene Brito Teixeira <sup>1</sup>

Carlos Magno Soeiro Mendonça <sup>2</sup>

Luciene Rocha Silva <sup>3</sup>

## **RESUMO**

Este artigo analisa a luta e a resistência das mulheres do Acampamento Terra Cabana, localizado no Nordeste Paraense Amazônico, na defesa de seus corpos, da terra e do território sob a bandeira da Reforma Agrária Popular. Derivado de pesquisa qualitativa que integra a dissertação “As mulheres do Acampamento Terra Cabana na luta paraense pela Reforma Agrária Popular na Amazônia”, desenvolvida no Programa TerritoriAL/UNESP, o estudo articula análise documental e história oral, com base em entrevistas realizadas em 2022. Busca-se evidenciar o protagonismo feminino nas ocupações, compreender a articulação entre gênero, classe e território e discutir a resistência inscrita na tríade corpo-terra-território. O referencial teórico mobiliza autoras como Lélia Gonzalez e bell hooks, que relacionam feminismo, raça e classe, apontando a necessidade de uma transformação estrutural e interseccional da sociedade. Os resultados evidenciam que a luta das mulheres Sem-Terra transcende a disputa pela terra, configurando-se como processo pedagógico e político que desafia a opressão patriarcal e capitalista. As narrativas revelam solidariedade, mística e construção do comum, expressas nas práticas cotidianas e nas estratégias de resistência. A sobrecarga doméstica ainda limita a participação política plena das mulheres, apontando a urgência de medidas internas, como cirandas infantis, que favoreçam sua presença nos espaços de decisão. Conclui-se que o Feminismo Camponês e Popular no MST amplia a noção de reforma agrária ao articular justiça social, soberania alimentar e emancipação de gênero, reafirmando o papel das mulheres como sujeitos históricos e transformadores da realidade amazônica.

**Palavras-chave:** corpo; terra; território; reforma agrária popular.

## **RESUMEN**

Este artículo analiza la lucha y la resistencia de las mujeres del Campamento Terra Cabana, ubicado en el nordeste paraense amazónico, en la defensa de sus cuerpos, de la tierra y del

<sup>1</sup>Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (Unesp), e-mail: eliene.brito@unesp.br;

<sup>2</sup>Doutorando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (Unesp), e-mail: magno.menca@unesp.br;

<sup>3</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (Unesp), e-mail:

territorio bajo la bandera de la Reforma Agraria Popular. Derivado de una investigación cualitativa que forma parte de la disertación “Las mujeres del Campamento Terra Cabana en la lucha paraense por la Reforma Agraria Popular en la Amazonía”, desarrollada en el Programa TerritoriAL/UNESP, el estudio articula el análisis documental y la historia oral, basándose en entrevistas realizadas en 2022. Su objetivo es evidenciar el protagonismo femenino en las ocupaciones, comprender la articulación entre género, clase y territorio, y discutir la resistencia inscrita en la tríada cuerpo-terra-territorio. El marco teórico moviliza autoras como Lélia Gonzalez y bell hooks, que relacionan feminismo, raza y clase, destacando la necesidad de una transformación estructural e interseccional de la sociedad. Los resultados muestran que la lucha de las mujeres Sin Tierra trasciende la disputa por la tierra, configurándose como un proceso pedagógico y político que desafía la opresión patriarcal y capitalista. Las narrativas revelan solidaridad, mística y construcción de lo común, expresadas en las prácticas cotidianas y en las estrategias de resistencia. La sobrecarga doméstica aún limita la participación política plena de las mujeres, lo que evidencia la urgencia de medidas internas, como las guarderías comunitarias, que faciliten su presencia en los espacios de decisión. Se concluye que el Feminismo Campesino y Popular en el MST amplía la noción de reforma agraria al articular justicia social, soberanía alimentaria y emancipación de género, reafirmando el papel de las mujeres como sujetos históricos y transformadores de la realidad amazónica.

**Palabras clave:** cuerpo; terra; território; reforma agraria popular.

## INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a luta e a resistência das mulheres do Acampamento Terra Cabana, localizado no Nordeste Paraense Amazônico, na defesa de seus corpos, da terra e do território sob a bandeira da Reforma Agrária Popular. Derivado de pesquisa qualitativa que integra a dissertação “As mulheres do Acampamento Terra Cabana na luta paraense pela Reforma Agrária Popular na Amazônia”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe, na área de Geografia, o estudo articula análise documental e história oral, com base em entrevistas realizadas em 2022.

A pesquisa nasce da necessidade de compreender como as mulheres Sem-Terra constroem práticas de resistência em meio às contradições do modelo capitalista e patriarcal de desenvolvimento na Amazônia. A escolha pelo Acampamento Terra Cabana como campo empírico justifica-se por sua relevância histórica e simbólica na luta pela Reforma Agrária Popular no estado do Pará, bem como pelo protagonismo das mulheres em processos organizativos e de produção da vida cotidiana. Trata-se de um espaço de construção coletiva,

onde a luta pela terra é também uma luta pelo reconhecimento dos corpos, saberes e territorialidades das mulheres camponesas.

Os objetivos deste trabalho são: (1) evidenciar o protagonismo feminino nas ocupações e nas ações cotidianas de resistência; (2) analisar a articulação entre gênero, classe e território na experiência das mulheres Sem-Terra; e (3) discutir como a resistência se inscreve na tríade corpo-terra-território, que constitui a base simbólica e material da luta feminista camponesa na Amazônia.

Metodologicamente, a pesquisa é de natureza qualitativa, combinando análise documental de materiais produzidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e história oral, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com as acampadas em 2022. A análise das narrativas é orientada por uma perspectiva interseccional, que compreende as múltiplas dimensões de opressão e resistência vividas pelas mulheres, relacionando as desigualdades de gênero, classe, raça e território.

O referencial teórico mobiliza autoras como Lélia Gonzalez (2010) e bell hooks (2019), que articulam as categorias de gênero, raça e classe, ressaltando que o feminismo, para ser transformador, deve estar enraizado nas lutas concretas das mulheres trabalhadoras, negras e camponesas. Assim, o Feminismo Camponês e Popular, forjado no interior dos movimentos sociais como o MST, emerge como prática política e pedagógica, voltada à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Os resultados evidenciam que a luta das mulheres Sem-Terra transcende a disputa pela terra, configurando-se como um processo educativo e político que desafia a opressão patriarcal e capitalista. As narrativas revelam solidariedade, mística e a construção do comum, expressas nas práticas cotidianas e nas estratégias de resistência. A sobrecarga doméstica ainda limita a participação política plena das mulheres, o que aponta para a necessidade de medidas internas no Movimento, como a ampliação das cirandas infantis, que garantam condições concretas para sua presença nos espaços de decisão.

Conclui-se que o Feminismo Camponês e Popular no MST amplia a noção de Reforma Agrária ao articular justiça social, soberania alimentar e emancipação de gênero, reafirmando o papel das mulheres como sujeitos históricos e transformadores da realidade amazônica. Ao entrelaçar corpo, terra e território, as mulheres do Acampamento Terra Cabana reafirmam que a luta pela terra é também uma luta pela vida — uma luta que brota da terra e floresce em resistência.

## ORIGENS HISTÓRICAS E SIMBÓLICAS DO DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES

Inspiradas pelo lema da jornada, "Lutaremos! Por nossos corpos e territórios, nenhuma a menos" (Jornada Nacional das Mulheres Sem Terra, 2024), é relevante destacar a análise de González (2010) sobre a história do Dia Internacional das Mulheres e o "mito" que o envolve, bem como o debate sobre a difícil construção da luta pela igualdade entre mulheres e homens. González (2010) aponta para o acúmulo de experiências históricas que ecoam o coro da esquerda, ao mesmo tempo em que evidenciam os limites do movimento feminista quando não se insere na busca por transformações estruturais nas relações sociais e econômicas.

Vale registrar que a proposta de instituir o Dia Internacional da Mulher não foi totalmente original e teve antecedentes, como o Woman's Day (Dia da Mulher), comemorado pelas socialistas americanas desde 1908, com o propósito de reivindicar os direitos de voto para as mulheres (González, 2010). Clara Zetkin apresentou a proposta durante a 2ª Conferência Internacional de Mulheres Socialistas em Copenhague, em 1910.

Para compreender melhor esse contexto e o significado alcançado pela celebração do Woman's Day nos Estados Unidos, é necessário revisitar o movimento sufragista estadunidense, desde suas origens até a aprovação da 19ª emenda à Constituição em 1920. No entanto, não é o aprofundamento histórico que se busca aqui, mas sim a reflexão sobre o significado desse dia marcante na luta internacional das mulheres trabalhadoras, aliado às Jornadas das Mulheres Sem Terra no Brasil e no Estado do Pará.

Portanto, a obra de Ana Isabel Alvares González (2010) retrata o debate da época e nos provoca a reflexão sobre as caracterizações e contribuições que o feminismo trará, posteriormente, para uma análise marxista e os desafios da luta socialista. É importante reconhecer que a luta contra a opressão das mulheres não surgiu com a sociedade de classe, conforme é apresentado na obra:

"[...] em todas as formações sociais homem e mulher foram reinseridos segundo sua classe e a desigualdade entre homens e mulheres se remodelar favorecendo a dominação masculina ao combinar as relações do sexo ou gênero com dominação de classe as lutas feministas socialistas ou distintos instrumentos teóricos e políticos é da cada época acho que é de cada época é marcada pelo esforço de construir as condições para uma transformação integral das relações isso exige uma elaboração teórica e uma ação política que altere o Estreito limite com os quais A esquerda ainda enxerga as lutas das mulheres" (González, 2010, p. 11).



**ENANPEGE**  
XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e  
Ensino em História

Se nos atentamos rapidamente ao mito criado em torno do dia 08 de março, do qual as mulheres operárias tecelãs foram queimadas numa fábrica entorno de uma mobilização grevista, destacamos que:

"Basta um olhar sobre o calendário para colocar em xeque as 2 teorias, um 8.03.1908 era domingo, um dia tanto estranho para se declarar em greve e se trancar em uma fábrica ou para provocar uma manifestação que não provocaria prejuízo ao empresário com a perda de 1 dia de trabalho e isso sem esquecer o trabalho da historiadora Renée Côté que através da pesquisa que desenvolveu nos arquivos das mais prestigiadas universidades Americanas e europeia não encontrou rastro algum da existência de uma manifestação de tais características e nenhuma cidade Estados Unidos nem em 1857 e nem em 1908" (González, 2010, p. 31).

O mito em torno do Dia Internacional da Mulher foi concebido em 1955, conforme apontado pelas historiadoras Liliane Kandel e François Picq, com o objetivo de desvincular a data de sua conotação comunista ao longo da história. Por sua vez, a escolha da data de 1857, segundo a investigação dessas historiadoras, foi motivada pelo fato de ser o dia do nascimento de Clara Zetkin, uma das principais impulsionadoras da celebração de um dia dedicado às demandas dos direitos das mulheres (González 2010).

No entanto, conforme Mari Jo Buhle, citada por González (2010), o acontecimento de extrema importância associado à data não foi o responsável por dar origem ao Dia Internacional da Mulher. Buhle, especialista estadunidense, revelou em seus estudos sobre o incêndio na Triangle Shirtwaist Company, intitulado "As mulheres e o socialismo americano, 1870-1920", que a tragédia ocorreu dias antes da primeira comemoração da data, no dia 25 de março de 1911 (González, 2010).

De todas as formas, massificou-se na esquerda o significado do dia 8 de março como dia internacional da luta das mulheres, e atualmente tem movimentado mulheres do campo e da cidade entorno das pautas que combatem a violência, o machismo e defendem os direitos da mulher em geral. Algumas organizações sociais dedicam suas lutas estritamente a estas pautas, mas outras conectam-nas estrategicamente a outras lutas, como por exemplo, à luta socialista ou à luta pela Reforma Agrária Popular.

## **O PROTAGONISMO DAS MULHERES SEM TERRA E A CONSTRUÇÃO DO SETOR DE GÊNERO NO MST**

As mulheres do MST, desde suas origens, têm buscado conectar a luta das mulheres, atualmente a luta feminista, como parte estrutural da luta pela terra, pela Reforma Agrária e pela transformação societária. A criação do setor de gênero dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi motivada por uma série de fatores que refletiam as

demandas e necessidades das mulheres dentro do movimento e da sociedade em geral. Uma dessas motivações foi o reconhecimento da importância da participação e do protagonismo das mulheres na luta pela reforma agrária e por justiça social. As mulheres representam uma parcela significativa da base do MST e desempenham papéis fundamentais nas ocupações de terras, na produção de alimentos, na educação dos filhos e em várias outras atividades dentro dos assentamentos e acampamentos (MST, 2000).

Além disso, a composição do setor de gênero foi uma resposta às demandas das próprias mulheres dentro do movimento, que buscavam espaços de discussão e organização para tratar de questões específicas relacionadas à sua realidade e às suas experiências de vida. Isso inclui a luta contra a violência de gênero, a divisão desigual do trabalho, a discriminação e o machismo, tanto dentro do movimento quanto na sociedade em geral (Federicci, 2019; Kilomba, 2019). A abertura dessas discussões e práticas no MST reflete o compromisso do movimento com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde as mulheres tenham voz, participação ativa e acesso igualitário a recursos e oportunidades. A coletividade e a solidariedade são valores fundamentais do MST, e a inclusão das questões de gênero nas suas pautas de luta fortalece essa visão de transformação social (MST, 2000).

No contexto das ocupações de terras e dos enfrentamentos com a polícia e os latifundiários, as mulheres muitas vezes se encontram na linha de frente da resistência, demonstrando coragem e determinação na defesa de seus direitos e de suas comunidades. Essa resistência se baseia na compreensão de que a luta pela terra está intrinsecamente ligada à luta pela justiça de gênero e pela igualdade social, e que é necessário enfrentar as estruturas de poder e as desigualdades que perpetuam a opressão das mulheres no campo e na cidade (Federicci, 2020).

Mística manifesta na marcha



Fonte: Arquivo do MST (2024)

A presença marcante das mulheres Sem Terra nessa jornada demonstra o papel fundamental que desempenham na luta por direitos e na construção de um país mais justo e democrático. Ao marcharem juntas, elas reafirmam seu compromisso com a transformação da realidade e sua disposição para enfrentar os desafios que se apresentam. É por meio de mobilizações como essa que as mulheres Sem Terra conseguem amplificar suas vozes, denunciar as injustiças e reivindicar seus direitos. A mística presente na marcha fortalece o espírito de solidariedade e resiliência, inspirando todas as pessoas envolvidas na luta por um futuro melhor para o campo e para o país como um todo (MST, 2000).

O caderno de gênero do MST (2000) reforça que a luta das mulheres no movimento não se restringe à esfera privada, mas é também política, articulando formação, consciência coletiva e atuação prática nos acampamentos. Essa perspectiva está em consonância com o feminismo negro camponês, que reconhece a interseção entre raça, gênero e classe como elementos estruturais das opressões históricas (Kilomba, 2019).

A abordagem do MST e de movimentos feministas populares dialoga com os conceitos de Silvia Federici sobre a relação entre patriarcado, capital e exploração do trabalho reprodutivo, ao enfatizar que a emancipação das mulheres está intrinsecamente ligada à transformação das estruturas sociais e econômicas (Federici, 2019; 2020).

## **NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA, MEMÓRIA E MÍSTICA NAS OCUPAÇÕES**

Dona Ira., assim como muitas outras mulheres Sem Terra, compartilha sua história de vida marcada pelo "tempo de Acampar", um período de luta e resistência que muitas vezes é negligenciado pelo Estado. Nesse relato, não buscamos reduzir a experiência das mulheres à categoria de gênero, mas sim destacar como essa categoria histórica é moldada por representações sociais e normativas que limitam a subjetividade dos sujeitos e permeiam as estruturas sociais e institucionais.

Em sua trajetória, Ira. oferece um olhar sobre a construção social do masculino e do feminino, evidenciando como essas normativas afetam suas vivências e lutas dentro do movimento Sem Terra. Em sua entrevista, ela compartilha suas experiências, desafios e conquistas, destacando a importância de reconhecer e valorizar o papel das mulheres na luta pela terra e pela justiça social:

"Quantas coisas eu quero - estou com 18 anos eu não consegui, né, nós corremos o risco aqui de ser despejado. Eu sei como é que vai ficar aqui parafraseado, mas é assim, é uma luta, né? Uma batalha cada dia todo dia da nossa vida. A vida não é fácil eu já apanhei da polícia com a minha filha de colo" (Entrevista com Dona Ira. concedida em 2022 no acampamento Terra Cabana).

O relato de Dona Ira. reflete a necessidade de solidariedade e colaboração entre os ocupantes para enfrentar os desafios comuns. Ela destaca que "[...] cada dia enfrentar, né e vencer esses obstáculos, o começo vai ser difícil, mas a vida é para seguir para frente" (Entrevista com Dona Ira., 2022).

A trajetória de Ira. reflete sua dedicação e comprometimento com a luta por terra e justiça social ao longo de muitos anos, evidenciando seu retorno ao Acampamento Terra Cabana após a morte de seu companheiro, Paulo Vicente, demonstrando resiliência e força do movimento. Como Scott (2011) enfatiza:

"[...] a insubordinação ostensiva provocará, em praticamente em qualquer contexto, uma resposta mais rápida e feroz do que uma insubordinação que pode ser tão penetrante, mas nunca se aventure a contestar as definições formais hierarquia e poder. Para a maioria das classes subalternas que de fato, tiveram historicamente escassas possibilidades de melhorar seu status, essa forma de resistência foi a única opção. O que pode ser realizado no interior dessa camisa de força simbólica é, não obstante, até certo ponto, um testemunho da persistência e inventividade humana" (Scott, 2011, p.223).

No contexto da ocupação, as mulheres enfrentam duplas jornadas de trabalho, combinando responsabilidades domésticas com atividades agrícolas e mobilização política. Apesar dos desafios, organizam-se em grupos de apoio mútuo e participam ativamente em atividades de conscientização, manifestações e negociações, conquistando vitórias e avanços na luta pela terra e igualdade de gênero.

Marcha do 8 de março de 2023 em Belém/PA



Fonte: Arquivo do MST (2023)

A imagem a seguir retrata um momento crucial de diálogo e negociação entre as lideranças das mulheres Sem Terra da Regional Cabana e o superintendente do INCRA-SR01, Manuel Raimundo, após a realização da marcha em Belém. Essa mesa de negociação evidencia a busca das mulheres Sem Terra por soluções concretas para as demandas dos territórios e reforça o compromisso de continuar lutando por seus direitos.

Mesa de negociação com o INCRA/01 -nordeste Paraense



Fonte: Arquivo do MST (2024)

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados desta pesquisa revelam que a luta das mulheres do Acampamento Terra Cabana ultrapassa a reivindicação pela posse da terra e se consolida como um projeto coletivo de vida, resistência e emancipação. O acampamento se constitui como território de construção do comum, onde o cotidiano das mulheres é atravessado por experiências de solidariedade, trabalho coletivo e reinvenção das relações sociais. Nas falas das entrevistadas, como Dona Ira e Senhora Re., emergem narrativas que associam o “tempo de acampar” a um processo contínuo de formação política, reafirmando que a resistência é um ato que se refaz a cada amanhecer, entre a dureza do trabalho e a esperança de um futuro livre de opressões.

A análise das trajetórias das mulheres evidencia que a dimensão do corpo é central na compreensão do território. O corpo é o primeiro território ocupado, e nele se inscrevem as

marcas da exploração e da resistência. As mulheres reconhecem que cuidar da terra e cuidar do corpo são ações inseparáveis — práticas que articulam saberes tradicionais, espiritualidade e consciência política. Essa concepção ecoa no Feminismo Camponês e Popular, que entende a libertação das mulheres como parte indissociável da luta pela soberania alimentar e pela justiça social.

As narrativas também revelam que, apesar dos avanços organizativos, persistem desigualdades internas relacionadas à divisão sexual do trabalho. As tarefas domésticas e o cuidado com os filhos ainda recaem majoritariamente sobre as mulheres, limitando sua participação em espaços de decisão e formação política. A ausência de estruturas como cirandas infantis reforça essas barreiras, o que indica a necessidade de o Movimento Sem Terra aprofundar medidas internas de inclusão, garantindo que a luta pela emancipação das mulheres seja efetiva e cotidiana. Esse desafio interno, contudo, é enfrentado pelas próprias mulheres, que organizam mutirões de cuidado, práticas coletivas e momentos de formação feminista para fortalecer sua autonomia.

A luta das mulheres do Terra Cabana é marcada pela mística, elemento fundamental no MST, que atua como instrumento de coesão simbólica e política. A mística mobiliza sentimentos, memória e espiritualidade, reatualizando a ancestralidade e a resistência coletiva. Em muitos momentos, ela surge como força que transforma o sofrimento em potência, o medo em coragem, o silêncio em canto. Como enfatiza bell hooks (2019), o feminismo é uma práxis de amor e libertação — uma pedagogia que nasce da dor, mas floresce na esperança. Assim, no acampamento, a mística feminista se materializa como ato político, pedagógico e espiritual, tornando-se linguagem própria das mulheres Sem-Terra.

A análise dos dados também demonstra que o protagonismo das mulheres não se limita à esfera simbólica: ele se traduz em práticas concretas de produção agroecológica, cuidado coletivo e defesa do território. O cultivo de alimentos livres de agrotóxicos, a partilha das sementes crioulas e o enfrentamento à violência de grileiros e madeireiros reafirmam a centralidade da mulher na construção de um novo paradigma de desenvolvimento, baseado na reciprocidade e no respeito à natureza. Essa prática territorial agroecológica expressa o que Lélia Gonzalez (2010) denomina de *amefricanidade*: a fusão entre saberes ancestrais e práticas de resistência dos povos latino-americanos e africanos, aqui ressignificada no contexto amazônico.

A resistência das mulheres do MST, portanto, é simultaneamente política, pedagógica e existencial. Elas constroem um feminismo enraizado na terra e no cotidiano, que desafia as estruturas patriarcais e capitalistas, e que se fundamenta na solidariedade e na coletividade. Essa

perspectiva feminista camponesa redefine a própria noção de Reforma Agrária, transformando-a em um projeto de sociedade que une a luta pela terra à luta pela dignidade, pela vida e pela emancipação das mulheres.

A discussão proposta neste artigo reafirma que o Feminismo Camponês e Popular, como categoria política e epistemológica, é uma ferramenta teórico-prática fundamental para compreender as múltiplas formas de resistência das mulheres no campo brasileiro, especialmente na Amazônia. O caso do Acampamento Terra Cabana mostra que a luta pela Reforma Agrária Popular é também uma luta pela autonomia dos corpos e pela construção de novas territorialidades feministas, enraizadas na terra, na coletividade e na esperança.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste artigo reafirmam que a luta das mulheres Sem-Terra na Amazônia paraense, particularmente no Acampamento Terra Cabana, expressa um projeto político e existencial que ultrapassa a conquista da terra como bem material. Trata-se da construção de um território de vida e dignidade, onde o corpo, a memória e o pertencimento coletivo se entrelaçam na produção de novas territorialidades feministas e populares. O corpo-terra-território, como categoria simbólica e política, sintetiza essa compreensão, demonstrando que a emancipação das mulheres não pode ser dissociada da transformação das estruturas sociais, econômicas e culturais que sustentam o patriarcado e o capitalismo.

O estudo evidencia que o Feminismo Camponês e Popular, enquanto práxis política enraizada no cotidiano, constitui um instrumento potente de resistência e reexistência. As mulheres do MST reinventam o fazer político ao partir da experiência concreta, da partilha e da solidariedade, transformando o acampamento em espaço de formação e de vida comunitária. A mística, a agroecologia, o trabalho coletivo e o cuidado se afirmam como pilares dessa luta, traduzindo, na prática, o ideal de uma Reforma Agrária Popular que articula soberania alimentar, justiça social e emancipação de gênero.

Entretanto, a pesquisa também revela contradições e desafios persistentes. A sobrecarga do trabalho doméstico e a ausência de políticas internas de cuidado limitam a participação plena das mulheres nas instâncias de decisão do movimento. A superação dessas barreiras exige a ampliação de práticas organizativas que garantam o acesso equitativo às formações, às cirandas e aos espaços políticos, consolidando, de fato, uma reforma agrária feminista. O enfrentamento dessas desigualdades é parte do processo de transformação interna do próprio MST e reflete o compromisso coletivo com a igualdade e a justiça.

A experiência do Acampamento Terra Cabana mostra que as mulheres não apenas resistem, mas reinventam as formas de viver, produzir e sonhar na Amazônia. Sua luta é, ao mesmo tempo, concreta e simbólica: plantar, educar, cuidar e insurgir-se contra as múltiplas violências que incidem sobre seus corpos e seus territórios. Essas práticas cotidianas, marcadas pela força do comum, pela ancestralidade e pela mística, constituem a base de um novo horizonte de possibilidades para o campo brasileiro.

Conclui-se, assim, que a Reforma Agrária Popular, quando atravessada pela perspectiva do Feminismo Camponês e Popular, torna-se um projeto civilizatório alternativo, capaz de enfrentar as contradições do capitalismo e propor caminhos de reconstrução do tecido social a partir da vida, da terra e do corpo. As mulheres Sem-Terra do Nordeste Paraense nos ensinam que resistir é semear: cada ato de rebeldia é também um gesto de esperança, e cada território conquistado é, antes de tudo, um território de amor, solidariedade e emancipação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FEDERICCI, Silvia. **O capital fictício**: o feminismo e a crise global. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

FEDERICCI, Silvia. **O patriarcado do salário**: feminismo, marxismo e a luta pelo socialismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

GONZALEZ, Lélia (aut.); RIOS, Flavia & LIMA, Márcia (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Ana Isabel Alvarez. **As Origens e a Comemoração do Dia Internacional das Mulheres**. SP: Editora Expressão Popular & SOF, 2010.

hooks, bell. **Ensinando a Transgredir**: a educação como prática de liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017. 288 p.

hooks, bell. **O feminismo para todo mundo**: política arrebatadora. Tradução Bhuvli Libano. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memória de Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019

MORISAWA, Mitsue. **A história da Luta pela Terra no Brasil e o MST**. SP: Expressão Popular, 2001.

MST. A conspiração de gêneros: elementos para o trabalho de base. **Caderno de Formação nº 06**. São Paulo: MST, 2017. 112 p.

MST. **Caderno Setor de Gênero do MST**: Coletânea de textos - Coluna Aromas de Março, São Paulo: MST, 2021

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciências Políticas**, Brasília, nº 5, p. 217-243, janeiro-julho 2011.

VIA CAMPESINA. **LGBTI-La Via Campesina: DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA VIA CAMPESINA**: Rompendo o silêncio sobre a existência das LGBTI no campo. SP: Via Campesina, outubro de 2020

WITCEL, Rosmeri. **A luta do “Oito de março” como espacialização emancipatória do debate feminista no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. 2020. 148 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe), Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Guararema - SP, 2020.